



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006383-23.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **VERA LUCIA REIS FERREIRA**
 Requerido: **DEBORA SILVA GARCIA MIGLIATO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que comprou da ré quatro câmeras para vigilância de sua casa, mas três delas – e posteriormente a quarta – apresentaram problemas de funcionamento.

Alegou ainda que acionou a ré, a qual demorou dois meses para atendê-la, retirando os equipamentos.

Salientou que passado mais algum tempo a ré noticiou o reparo das câmeras, mas não as aceitou pela demora havida.

A ré em contestação não negou importantes fatos trazidos à colação pela autora.

Nesse sentido, não refutou que o primeiro contato dela por força dos vícios dos produtos aconteceu em fevereiro/2015 e que somente a atendeu no dia 31/05/2015.

Não contrariou, ademais, a alegação de que apenas em 16/06/2015 procurou a autora para esclarecer que os bens estavam em condições de funcionamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Admitiu, ao contrário, que o conserto demorou em torno de setenta dias, sem embargo de imputar a responsabilidade respectiva ao fabricante.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, os vícios apontados pela autora devem ser reputados existentes, tanto que a ré diligenciou sua reparação, mas isso demorou por largo espaço de tempo.

O argumento da culpa do fabricante não beneficia a ré, seja porque não há prova consistente nesse sentido, seja porque ainda que assim fosse remanesceria íntegra sua responsabilidade porque a autora estabeleceu com ela, e não com o fabricante, a relação jurídica em apreço.

Bem por isso, patenteados os vícios dos produtos e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pela autora para a aquisição dos equipamentos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.900,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época do pagamento efetuado), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar os produtos que se encontrem na posse da autora; decorrido tal prazo in albis, poderá a autora dar aos produtos a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**